

Sumário da reunião de *stakeholders*

O impacto do IRC na economia portuguesa

8 de julho de 2024 | Centro Cultural de Belém, Lisboa

No dia 8 de julho, a Fundação Francisco Manuel dos Santos (FFMS) organizou uma mesa-redonda privada para discutir o papel do imposto sobre rendimentos coletivos (IRC) na economia portuguesa de forma a dinamizar a discussão em torno da fiscalidade sobre as empresas. Esta reunião surge no âmbito do recente estudo publicado pela Fundação intitulado “O Impacto do IRC na economia portuguesa”, coordenado pelo Pedro Brinca (Nova School of Business and Economics), também da autoria de Afonso Souto de Moura (Banco de Portugal), Francisca Osório de Castro (Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados), João B. Duarte (Nova School of Business and Economics), Miguel Cortez Pimentel (Garrigues) e Paulo Núncio (Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados aquando da realização do estudo e atual líder parlamentar do CDS-PP).

O estudo, apresentado por Pedro Brinca, caracteriza a evolução do IRC no contexto internacional e conclui que Portugal apresenta uma das taxas nominais e efetivas mais elevadas da OCDE, não tendo acompanhado a tendência de descida do IRC observada na União Europeia. Um dos maiores contributos do estudo consiste na criação de um modelo económico que permite simular o impacto económico de uma alteração da taxa de IRC, concluindo assim que uma redução deste imposto tem sempre um efeito positivo sobre o PIB, as remunerações dos trabalhadores e o investimento. Contudo, é feita a ressalva de que outras ferramentas fiscais, tais como os impostos

sobre o consumo, poderão sofrer aumentos para compensar a perda de receita fiscal associada a esta medida. Algumas das propostas do estudo consistem na redução da taxa de IRC, a eliminação da derrama estadual, que atualmente introduz progressividade e complexidade à fiscalidade sobre as empresas, e a promoção da estabilidade do sistema fiscal através de um conjunto de regras que disciplinem a produção de leis fiscais.

Após a apresentação dos resultados do estudo, deu-se início a um debate em torno deste tema, moderado pelo Presidente do Conselho de Administração da FFMS, Gonçalo Saraiva Matias. O debate contou com intervenções de Pedro Reis, Ministro da Economia; Cláudia Reis Duarte, Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais; Armindo Monteiro, Presidente da CIP; Nazaré da Costa Cabral, Presidente do Conselho de Finanças Públicas; Jorge Portugal, Diretor-Geral da COTEC Portugal; Vanda Cruz, Secretária Executiva da UGT; Tiago Cunha, Gabinete de Estudos da CGTP; Pedro Ginjeira do Nascimento, Secretário-Geral da Business Roundtable Portugal; José Almeida Fernandes, Business Roundtable Portugal; Luís Mira Amaral, Coordenador de Indústria, Inovação e Energias da SEDES; Helena Borges, Diretora-Geral da Autoridade Tributária; Helena Pegado Martins, Subdiretora geral da Autoridade Tributária; e Rui Nuno Baleiras, Coordenador da UTAO. A reunião contou ainda com a presença de António Mendonça, Bastonário da Ordem dos Economistas; José Quinta, Diretor Financeiro da FFMS; Miguel Ferreira, Professor da Nova School of Business and Economics e consultor científico da Fundação para a área da Economia; Duarte Vaz Pinto, Assessor do Ministro da Economia; e Miguel Teles, Assessor da Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais.

A discussão gerou dois principais consensos. Em primeiro lugar, houve um consenso claro em torno da necessidade de reduzir a complexidade do sistema fiscal, em particular do IRC. Foi referido que o sistema de incentivos fiscais vigente introduz complexidade, levando a que haja um desperdício de recursos por parte das empresas que poderiam ser canalizados para

investimento e ganhos de produtividade. Esta complexidade deverá afetar de forma mais significativa empresas de menor dimensão que têm menos recursos, sendo muitas vezes um fator impeditivo à criação de novas empresas ou à decisão de investir em Portugal.

Em segundo lugar, reuniu-se algum consenso, ainda que menos alargado, em torno da necessidade de eliminar a progressividade existente na fiscalidade sobre as empresas, introduzida em 2010 com a derrama estadual. Foi referido que esta progressividade impede que as empresas ganhem escala, funcionando como fator penalizador de bons resultados e incentivando a fragmentação do tecido empresarial português.

A questão da complexidade da tributação sobre as empresas deu origem a diversos outros pontos de discussão. Um deles prende-se com a dificuldade de calcular a taxa efetiva de IRC. Foi referido que diferentes instituições, tanto nacionais como internacionais, apresentam diferentes estimativas para a taxa que as empresas pagam na realidade, ilustrando assim a complexidade deste imposto e, conseqüentemente, da dificuldade em navegá-lo para quem está fora do mercado.

Outro ponto relevante abordado refere-se às implicações da complexidade para a Administração Pública. A sofisticação e frequência das alterações legislativas criam desafios não só para os contribuintes, mas também para os organismos públicos, que necessitam de recursos cada vez mais sofisticados para conseguir implementar e monitorizar estas alterações. Esta complexidade traduz-se assim numa maior necessidade de investimento nestas entidades de forma a conseguir atrair talento para lidar com estes crescentes desafios, em particular num contexto de desigualdade na captação de talento entre o setor público e o setor privado.

Sobre a relação entre a progressividade do IRC e a dimensão das empresas, foi destacado que a escala só por si não é suficiente e que é preciso que as empresas cresçam através da criação de valor. Salientou-se assim a importância de alguns dos benefícios fiscais associados ao investimento em ativos intangíveis tais como a criação de conhecimento, que apenas são realizados por uma minoria do tecido empresarial português. Realçou-se a importância do estudo pelo estabelecimento de um nexo de causalidade entre o investimento em Investigação e Desenvolvimento (I&D) e o investimento em capital humano.

Destacou-se também que a literacia e a pedagogia sobre a fiscalidade das empresas são essenciais para introduzir este tema no debate público, designadamente dada a sua complexidade, não esquecendo diferentes componentes, tais como a taxa estatutária, cuja redução se encontra de momento em debate, a derrama estadual, a derrama municipal e diferentes tributações autónomas.

Uma intervenção salientou a oportunidade única que caracteriza o contexto atual para a realização de reformas ao modelo económico português, no qual o IRC é apenas uma parte da discussão. Foi mencionado que Portugal está perante uma conjuntura de triplo equilíbrio macroeconómico, nomeadamente em equilíbrio interno, externo e das contas públicas, o que representa uma condição necessária para melhorar o bem-estar dos agentes económicos. Sendo um dos problemas estruturais da economia portuguesa o facto de se basear em atividades intensivas de trabalho pouco qualificado, referiu-se que atividades como a hotelaria ou a restauração não deveriam usufruir de benefícios fiscais que apenas incentivam estes setores.

A diminuição do IRC também suscitou algumas preocupações por parte de alguns intervenientes. Foi demonstrada alguma preocupação com a necessidade de compensar a perda de receita fiscal associada à diminuição do IRC, tal como é referido no estudo, de forma a garantir a manutenção

do Estado Social. Salientou-se também a importância da redistribuição dos ganhos da competitividade das empresas de forma a assegurar que a baixa do IRC e as suas consequências não são apenas suportadas pelo resto da população. Outra preocupação prende-se também com o maior peso de impostos sobre o consumo, regressivos por natureza, e sobre os rendimentos singulares, em comparação com os impostos sobre os rendimentos coletivos.

Não obstante estas preocupações e o consenso em torno da diminuição da complexidade e da progressividade da fiscalidade sobre as empresas, também se referiu que a descida do IRC representa um mecanismo de sinalização importante para potenciais investidores, promovendo a atração de investimento e a melhoria dos salários, tal como suportado pelo estudo.

O evento terminou com uma felicitação generalizada à Fundação Francisco Manuel dos Santos pelo seu papel na dinamização de debates com diferentes agentes e decisores políticos, fundamentados em estudos empíricos promovidos pela própria Fundação, demonstrando a possibilidade de construção de pontes de diálogo entre opiniões divergentes.